

ANEXO 20**GLOSSÁRIO**

CONCESSÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E REALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXPLORAÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO DENOMINADO LOTE RODOANEL NORTE.

Para todos os fins do EDITAL, CONTRATO, ANEXOS e APÊNDICES, salvo disposição expressa em contrário, os termos, frases e expressões listados abaixo, quando utilizados e redigidos em caixa alta ou com letras iniciais maiúsculas, deverão ser compreendidos e interpretados de acordo com os seguintes significados, podendo ser utilizados tanto no plural quanto no singular, sem qualquer alteração de sentido:

ACESSO	Toda interrupção não acidental da FAIXA DE DOMÍNIO e dentro de seus limites, que implica, necessariamente, a obtenção de prévia autorização da ARTESP.
ACORDO TRIPARTITE	Acordo firmado entre agente fiduciário representando os FINANCIADORES, ou diretamente pelos FINANCIADORES, o PODER CONCEDENTE, a ARTESP e a CONCESSIONÁRIA, que disciplina a relação entre as partes visando à plena execução do CONTRATO, e a preservação dos interesses dos FINANCIADORES, nos termos do ANEXO 8.
ADJUDICATÁRIA	LICITANTE VENCEDORA à qual foi adjudicado o objeto da LICITAÇÃO, nos termos da legislação aplicável e do EDITAL.
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Órgãos ou entidades da Administração Pública direta e indireta, federal, estaduais, do Distrito Federal e dos municípios.
AUTO DE INFRAÇÃO	Documento contendo indicação de ato ou fato potencialmente sujeito à aplicação de penalidades contratuais ou regulamentares decorrentes da apuração de irregularidades verificadas durante as fiscalizações realizadas no SISTEMA RODOVIÁRIO. Deverá a ARTESP encaminhá-lo à CONCESSIONÁRIA, nos termos do CONTRATO e ANEXOS.
AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO	Avaliação do desempenho da CONCESSIONÁRIA na execução do objeto contratual, a ser conduzida mensalmente pela ARTESP, nos termos do CONTRATO e seu ANEXOS.
ANEXOS e APÊNDICES	Conjunto de documentos parte integrante do EDITAL e do CONTRATO, conforme listagem.
ANTECIPAÇÃO DA COMPENSAÇÃO PARA O DESCONTO DE USUÁRIO FREQUENTE OU ACDUF	Consiste na antecipação da compensação referente ao DUF, disciplinada ANEXO 4.
ARTESP	Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo, criada pela Lei Complementar nº 914/2002, que figura no CONTRATO na condição de interveniente.
AUDIÊNCIA PÚBLICA	Etapa inicial da LICITAÇÃO, realizada no dia 28 de maio de 2021, em atendimento ao artigo 29, da Lei Estadual nº 10.177/1998, bem como ao artigo 39, da Lei Federal nº 8.666/93, para tornar público o modelo desta CONCESSÃO, esclarecer dúvidas e colher contribuições para a elaboração do EDITAL, CONTRATO, ANEXOS e APÊNDICES.
B3	B3 S.A - Brasil, Bolsa e Balcão, situada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua XV de Novembro, 275, responsável pela prestação de serviços especializados de assessoria técnica e apoio operacional relativos aos procedimentos necessários à realização da LICITAÇÃO.
BANCO DEPOSITÁRIO	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, autorizada a prestar os serviços de custódia de recursos financeiros para as PARTES e para a ARTESP, nos termos do CONTRATO, ANEXOS e APÊNDICES.
BENS REVERSÍVEIS	São os bens vinculados à CONCESSÃO, conforme disciplina do ANEXO 10, que serão revertidos e/ou devolvidos ao PODER

	CONCEDENTE, por ocasião do término do CONTRATO, de modo a garantir a continuidade da prestação dos serviços.
BLOCO DE CONTROLE	Grupo de acionistas da SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO que exerce poder de CONTROLE sobre a companhia.
CADE	Conselho Administrativo de Defesa Econômica, nos termos da Lei Federal nº 12.529/2011, ou entidade que venha a substituí-lo.
CADIN ESTADUAL	Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais, instituído pela Lei Estadual nº 12.799/2008, e regulamentado pelo Decreto Estadual nº 53.455/2008, no qual se registra o nome das pessoas físicas e jurídicas que possuem pendências com os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado de São Paulo.
CARGAS ESPECIAIS	Cargas com dimensões acima dos limites estabelecidos pelo Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), que dependem de autorização especial de trânsito, nos termos e condições estabelecidos por este mesmo órgão.
CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO	Lei Federal nº 9.503/1997, e suas respectivas alterações e regulamentações.
COEFICIENTE DE SERVIÇOS PRESTADOS ou CSP	Coeficiente calculado por meio da medição dos INDICADORES DE DESEMPENHO previstos no ANEXO 3 para acompanhamento da qualidade dos serviços desempenhados pela CONCESSIONÁRIA.
COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO	Comissão instituída pela ARTESP com a finalidade de acompanhar a adoção, pela CONCESSIONÁRIA, das medidas prévias à devolução e/ou transferência do SISTEMA RODOVIÁRIO estabelecidas no CONTRATO e no ANEXO 10.
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO ou CEL	Comissão responsável pelo recebimento, exame e julgamento de todos os documentos licitatórios, e por conduzir os procedimentos relativos à LICITAÇÃO.
CONCESSÃO	Relação jurídica formada pela delegação das atividades objeto do Contrato, pelo PODER CONCEDENTE, com a interveniência da ARTESP, à CONCESSIONÁRIA, nos termos, prazos e condições estabelecidas no CONTRATO, nos ANEXOS e nos APÊNDICES.
CONCESSIONÁRIA ou CONTRATADA	SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO, constituída pela ADJUDICATÁRIA, que firma o CONTRATO com o PODER CONCEDENTE, com a interveniência da ARTESP, para prestar os SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS, segundo as leis brasileiras e nos termos do CONTRATO DE CONCESSÃO.
CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO	Documentos e respectivas condições observados e apresentados pelos participantes da Concorrência Internacional nº [•]/2021, relativos à HABILITAÇÃO JURÍDICA, REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, na forma do EDITAL.
CONSELHO DIRETOR DA ARTESP	Última instância decisória da ARTESP, cuja composição e competências são definidas na Lei Complementar Estadual nº 914/2002 e no Regimento Interno da ARTESP.
CONSÓRCIO	Associação de sociedades, fundos ou entidades com o objetivo de participar da LICITAÇÃO e, em sendo vencedora do certame, constituir-se em SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO, segundo as leis brasileiras.
CONSULTA PÚBLICA	Etapa da LICITAÇÃO, realizada para divulgação da minuta de EDITAL, do CONTRATO e demais ANEXOS e APÊNDICES, bem como para o recebimento de sugestões dos interessados.

CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA ou CONTA CENTRALIZADORA	Conta corrente de titularidade da CONCESSIONÁRIA, com movimentação restrita, disciplinada no APÊNDICE D.
CONTA DE AJUSTE DA CONCESSÃO	Conta corrente de titularidade da ARTESP, segundo identificação prevista no Contrato de Administração de Contas, na qual serão depositados os valores decorrentes da aplicação do ÍNDICE DE QUALIDADE E DESEMPENHO.
CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO	Refere-se à uma conta bancária de livre movimentação, de titularidade da parte indicada em cada caso.
CONTA RESERVA 1	Conta corrente, com movimentação restrita, disciplinada no APÊNDICE F.
CONTA RESERVA 2	Conta corrente, com movimentação restrita, disciplinada no APÊNDICE F.
CONTAS RESERVA	Contas correntes, com movimentação restrita, disciplinadas no APÊNDICE F.
CONTRATO ou DE CONTRATO CONCESSÃO	CONTRATO DE CONCESSÃO dos serviços públicos de operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do SISTEMA RODOVIÁRIO integrante do LOTE RODOANEL NORTE, para que a CONCESSIONÁRIA o exerça em seu próprio nome e por sua conta e risco, mediante TARIFA paga pelos USUÁRIOS.
CONTROLE	Observados os termos do artigo 116, da Lei Federal nº 6.404/1976, significa o direito de: (a) deter a maioria dos votos nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores ou gestores de outra pessoa, fundo de investimento ou entidades de previdência complementar, conforme o caso; e (b) usar efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento ou gestores de outra pessoa, fundo de investimento ou entidades de previdência complementar.
CONTROLADORA DE DADOS PESSOAIS ou CONTROLADORA	Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais, nos termos da Lei Federal nº 13.709/2018.
CORRETORA CREDENCIADA	Sociedade corretora habilitada pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), devidamente autorizada a operar na B3 e que poderá ser contratada pela(s) LICITANTE(S), a critério destas, para representá-la(s) em todos os atos relacionados à LICITAÇÃO junto à B3, conforme o MANUAL DE PROCEDIMENTOS da B3 que constitui o ANEXO 25.
CRONOGRAMA DE INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	Cronograma de integralização do capital social da SPE, proporcional aos investimentos necessários, apresentado no ANEXO 13.
CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO	Cronograma contendo o detalhamento dos investimentos previstos no PLANO ORIGINAL DE INVESTIMENTOS, e daqueles incluídos em sede das REVISÕES ORDINÁRIAS e EXTRAORDINÁRIAS, e que integrarão os correspondentes PLANOS DE INVESTIMENTOS.
CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO	Cronograma integrante do PLANO ORIGINAL DE INVESTIMENTOS, a ser apresentado pela ADJUDICATÁRIA, como condição de assinatura do CONTRATO, contendo o detalhamento, por meio de marcos iniciais, intermediários e finais, para cada um dos investimentos indicados, considerando os prazos iniciais e finais de conclusão das obras ali previstas,

	que devem ser definidos com base no EVTE, no CONTRATO e nos ANEXOS.
DADO PESSOAL	Informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável.
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO	Data em que o CONTRATO foi assinado pelas PARTES.
DATA DE INÍCIO DE OPERAÇÃO	Início da operação do SISTEMA RODOVIÁRIO pela CONCESSIONÁRIA, após implementação do PI e do cumprimento dos demais requisitos previstos nos termos do ANEXO 04 e ANEXO 05.
DATA DE INÍCIO DE OPERAÇÃO PARCIAL	Início da OPERAÇÃO PARCIAL, pela CONCESSIONÁRIA, uma vez autorizada pela ARTESP, após implementação do PI para o respectivo trecho do SISTEMA RODOVIÁRIO e cumprimento dos demais requisitos previstos no ANEXO 04 e ANEXO 05.
DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA	Decreto editado pelo Chefe do Poder Executivo do Estado de São Paulo, declarando a utilidade pública das áreas necessárias para a implantação do objeto da presente CONCESSÃO, para fins de desapropriação ou servidão administrativa. Este termo também se aplica, para os fins do CONTRATO, caso necessária emissão de DECLARAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, nos termos das normas aplicáveis.
DESCONTO DE USUÁRIO FREQUENTE ou DUF	Modalidade diferenciada de TARIFA DE PEDÁGIO aplicável aos USUÁRIOS considerados frequentes, nos termos dispostos no ANEXO 4 e APÊNDICE E.
DEVOLUÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO	Devolução do SISTEMA RODOVIÁRIO nos termos do ANEXO 10.
DIRETOR DA SESSÃO	Representante da B3 que conduzirá a SESSÃO PÚBLICA de abertura e julgamento das PROPOSTAS DE PREÇO, em nome da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, segundo os ditames do EDITAL.
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	Documentos que deverão ser apresentados pela LICITANTE no ENVELOPE de habilitação, relativos à HABILITAÇÃO JURÍDICA, REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, QUALIFICAÇÃO TÉCNICA e QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.
EDITAL ou EDITAL DE LICITAÇÃO	O edital de Concorrência Internacional nº [*]/2021 e todos os seus ANEXOS e APÊNDICES.
ENCARREGADO	Pessoa indicada pelo CONTROLADOR DE DADOS PESSOAIS e pelo OPERADOR DE DADOS PESSOAIS para atuar como canal de comunicação entre o CONTROLADOR DE DADOS PESSOAIS, os TITULARES DOS DADOS PESSOAIS e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).
ESTRUTURA TARIFÁRIA	Consiste na estrutura de TARIFAS previstas na CONCESSÃO, disciplinada no ANEXO 4.
ETAPA CONSTRUTIVA	Etapa de implementação de cada obra de responsabilidade pela CONCESSIONÁRIA.
EVENTO DESEQUILÍBRIO DE	Evento, ato ou fato, que desencadeia o desequilíbrio econômico-financeiro do presente CONTRATO, conforme Cláusulas Vigésima e Vigésima Primeira do CONTRATO, e que enseje a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.
EVTE	Estudo de viabilidade técnica e econômico-financeira, que apresenta os valores e anos contratuais dos investimentos que compõem o PLANO ORIGINAL DE INVESTIMENTOS, e que servirá de base para a elaboração do CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO a ser apresentado pela CONCESSIONÁRIA e suas consequências, nos termos do CONTRATO.

FAIXA DE DOMÍNIO	Conforme definição constante do Anexo I, da Lei Federal nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro), é a superfície lindeira às vias rurais, delimitada por lei específica e sob responsabilidade do órgão ou entidade de trânsito competente com circunscrição sobre a via.
FINANCIADORES	Bancos comerciais, bancos de desenvolvimento, agências multilaterais, agências de crédito à exportação, agentes fiduciários, administradores de fundos ou outras entidades que concedam financiamento à CONCESSIONÁRIA ou representem as partes credoras neste financiamento.
FLUXO LIVRE ou FREE FLOW	Sistemas de cobrança por meio de pórticos (sem praças do tipo barreira), que não implicam desaceleração dos veículos, mediante cobrança de tarifa equivalente ao trecho de cobertura do pórtico, cujo valor será proporcional à distância efetivamente percorrida pelo USUÁRIO.
GARANTIA PROPOSTA	DA Garantia de cumprimento da proposta a ser apresentada pelas LICITANTES, nos termos do EDITAL.
GARANTIA EXECUÇÃO	DE Garantia do fiel cumprimento das obrigações do CONTRATO DE CONCESSÃO, a ser prestada e mantida pela CONCESSIONÁRIA, em favor da ARTESP e do PODER CONCEDENTE, nos montantes e nos termos definidos na Cláusula Trigésima Segunda do CONTRATO e no ANEXO 16.
GRUPO ECONÔMICO	Compõem o GRUPO ECONÔMICO da CONCESSIONÁRIA as sociedades coligadas, controladas ou de simples participação, nos termos dos artigos 1.097 e seguintes, do Código Civil, e do artigo 243, da Lei Federal nº 6.404/1976, e as empresas ou fundos de investimentos que possuam diretores, administradores, exceto conselheiros de administração, gestores ou acionistas (com mais de 10% de participação) ou representantes legais comuns, bem como aquelas que dependem econômica ou financeiramente de outra empresa ou fundo de investimento, além das empresas ou fundos de investimento sujeitos a uma mesma estrutura global, incluindo compartilhamento global de conhecimento, governança e política corporativa.
HABILITAÇÃO JURÍDICA	Documentação necessária à comprovação de habilitação jurídica para contratação com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.
INCIDENTE DE FALHA DE INTEGRIDADE	Significa a condenação, da CONCESSIONÁRIA ou de algum de seus diretores, administradores ou gestores, nesta qualidade, em processo administrativo de apuração de responsabilidade, nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), do Decreto Federal nº 8.420/2015 e/ou do Decreto Estadual nº 60.106/2014; ou o acolhimento, há mais de 30 (trinta) dias, de (i) denúncia criminal por prática das condutas tipificadas nos artigos 332 e 333, do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/1940), e/ou artigos 90 a 95 e 97, da LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS; ou (ii) de ação civil pública proposta nos termos dos artigos 9º e 10, da Lei Federal nº 8.429/1992, em todos os casos quando acompanhadas de indícios de autoria, materialidade e de lastro probatório mínimo das condutas que deram origem a tais procedimentos e sem que o prosseguimento de tais ações tenha sido obstado por decisão judicial definitiva ou acautelatória. Somente serão considerados, para fins desta definição, procedimentos em que a parte lesada seja a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, direta ou indireta, do Estado de São Paulo.

INDICADOR DE DESEMPENHO	Conjunto de parâmetros, medidores da qualidade dos serviços prestados que contribuirão para determinar o CSP nos termos do ANEXO 3.
ÍNDICE DE QUALIDADE E DESEMPENHO ou IQD	Índice composto pelo COEFICIENTE DE DESEMPENHO DOS SERVIÇOS PRESTADOS (CSP), aferido conforme regramento e periodicidade estabelecidos no ANEXO 3.
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	Qualquer instituição autorizada pelo Banco Central do Brasil, ou órgão análogo, quando se tratar de instituição estrangeira, que tenha como atividade principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros.
INTERFERÊNCIAS	Instalações de utilidades públicas ou privadas de infraestrutura urbana, aéreas, superficiais ou subterrâneas, que interfiram ou sofram interferência, ou possam vir a fazê-lo, de forma direta ou indireta, em razão de atividade objeto do CONTRATO desempenhada pela CONCESSIONÁRIA.
INVENTÁRIO	Inventário dos bens, investimentos e obras a serem mantidos pela CONCESSIONÁRIA durante o PRAZO DA CONCESSÃO, composto pelo TERMO DE ARROLAMENTO DE BENS REVERSÍVEIS e pelo RELATÓRIO DE VISTORIA, os quais deverão ser realizados por meio de vídeo registro georreferenciado conforme especificações do ANEXO 6.
INVESTIGAÇÃO INDEPENDENTE	Significa a condenação, da CONCESSIONÁRIA ou de algum de seus diretores, administradores ou gestores, nesta qualidade, em processo administrativo de apuração de responsabilidade, nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), do Decreto Federal nº 8.420/2015 e/ou do Decreto Estadual nº 60.106/2014; ou o acolhimento, há mais de 30 (trinta) dias, de (i) denúncia criminal por prática das condutas tipificadas nos artigos 332 e 333, do Código Penal (Decreto-Lei 2.848/1940), e/ou artigos 90 a 95 e 97, da LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS; ou (ii) de ação civil pública proposta nos termos dos artigos 9º e 10, da Lei Federal nº 8.429/1992, em todos os casos quando acompanhadas de indícios de autoria, materialidade e de lastro probatório mínimo das condutas que deram origem a tais procedimentos e sem que o prosseguimento de tais ações tenha sido obstado por decisão judicial definitiva ou acautelatória. Somente serão considerados, para fins desta definição, procedimentos em que a parte lesada seja a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, direta ou indireta, do Estado de São Paulo.
IPCA/IBGE ou IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro que venha a substituí-lo na hipótese de sua extinção.
LEI DAS CONCESSÕES	Lei Federal nº 8.987/1995 e respectivas alterações e regulamentação.
LEI DE CRIMES AMBIENTAIS	Lei Federal nº 9.605/1998 e respectivas alterações e regulamentação.
LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	Lei Federal nº 8.666/1993 e respectivas alterações e regulamentação.
LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO, LICENÇA DE INSTALAÇÃO ou LI	Licença Ambiental que autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes.

LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO, LICENÇA DE OPERAÇÃO ou LO	Licença Ambiental que autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores – LICENÇA PRÉVIA e LICENÇA DE INSTALAÇÃO – com as medidas de controle ambiental e condicionantes necessárias para a operação.
LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA, LICENÇA PRÉVIA ou LP	Licença Ambiental concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade, aprovando sua localização e concepção, atestando a sua viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação.
LICENÇAS AMBIENTAIS	Licenças ambientais emitidas por órgãos ambientais competentes.
LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL ou	Procedimento administrativo consubstanciado na Concorrência Internacional nº [•]/2021, para seleção da CONCESSIONÁRIA que executará o objeto da CONCESSÃO.
LICITANTE	Sociedades brasileiras ou estrangeiras, fundos de investimentos e/ou entidades que, isoladamente ou reunidas em consórcio, que participam da LICITAÇÃO.
LICITANTE VENCEDORA	LICITANTE declarada vencedora por ter apresentado a proposta mais bem classificada e atendido a todas as condições do EDITAL.
LOTE RODOANEL NORTE	Lote composto pelos trechos rodoviários integrantes do SISTEMA RODOVIÁRIO, conforme definido no ANEXO 2.
MANUAL DE PROCEDIMENTOS	Documento elaborado pela B3, contendo orientações, regras e modelos de documentos para os procedimentos de prestação de GARANTIA DE PROPOSTA, procedimentos operacionais, bem como todos os demais procedimentos pertinentes à realização do certame, conforme ANEXO 25.
MULTIPLICADOR DA TARIFA	É o multiplicador da TARIFA por categoria, conforme ANEXO 4.
NEGÓCIOS PÚBLICOS	Potenciais ativos ou fontes de geração de RECEITAS ACESSÓRIAS identificados pela ARTESP, pelo PODER CONCEDENTE ou pela CONCESSIONÁRIA, que possam ser explorados por meio de estruturas contratuais ou societárias, ou, ainda, a partir de ferramentas de direito societário e/ou de mercado de capitais, cuja proposição compreenda a participação do PODER CONCEDENTE, e preveja regras claras sobre a forma de atuação e as responsabilidades dos atores público e privado, além do compartilhamento dos riscos envolvidos e o das receitas estimadas.
NORMAS OPERACIONAIS	São as normas operacionais disciplinadas no ANEXO 4.
NOTIFICAÇÃO ANUAL	Notificação enviada pela ARTESP ao BANCO DEPOSITÁRIO para determinar a destinação dos montantes disponíveis nas CONTAS RESERVA, disciplinadas no APÊNDICE D.
NOTIFICAÇÃO DE ALERTA	Comunicado a ser expedido pela ARTESP ou pelo Agente, conforme o caso, sempre que ocorrer algum evento de alerta nos termos do ANEXO 8.
NOTIFICAÇÃO DE REEQUILÍBRIO INCONTROVERSO	Notificação emitida pela ARTESP ao BANCO DEPOSITÁRIO, cujo recebimento implica a transferência à CONCESSIONÁRIA do montante reconhecido pela ARTESP como devido para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, nos termos do ANEXO 18 e ANEXO 19.
OBRAS DE IMPLANTAÇÃO	Obras a serem realizadas pela CONCESSIONÁRIA para implantação do SISTEMA RODOVIÁRIO, incluindo eventuais ajustes necessários na infraestrutura existente.

ÔNUS FISCALIZAÇÃO	DE	Valor correspondente a [•]% da RECEITA BRUTA auferida pela CONCESSIONÁRIA, a ser pago à ARTESP em função das atividades de sua competência realizadas.
OPERAÇÃO COMERCIAL DAS PRAÇAS DE PEDÁGIO		Ativação das PRAÇAS DE PEDÁGIO implantadas pela CONCESSIONÁRIA no SISTEMA RODOVIÁRIO para fins de cobrança das TARIFAS DE PEDÁGIO, que está condicionada ao regramento estabelecido no ANEXO 4, à implantação do PROGRAMA INICIAL (PI), descrito nos ANEXOS 5 e 6, e ao cumprimento de obrigações previstas no CONTRATO.
OPERAÇÃO PARCIAL		Operação das PRAÇAS DE PEDÁGIO de maneira faseada, a depender do avanço das OBRAS DE IMPLANTAÇÃO, que poderá ser solicitada pela CONCESSIONÁRIA à ARTESP
OPERADORA DADOS PESSOAIS	DE	Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador, nos termos da Lei Federal nº 13.709/2018.
OUTORGA FIXA		Valor ofertado na PROPOSTA DE PREÇO apresentada pela CONCESSIONÁRIA durante a LICITAÇÃO, o qual deverá ser pago ao PODER CONCEDENTE conforme o regramento estabelecido no CONTRATO e no EDITAL DE LICITAÇÃO.
OUTORGA FIXA MÍNIMA		Valor mínimo a ser oferecido como OUTORGA FIXA pelas LICITANTES nas PROPOSTAS DE PREÇO.
OUTORGA VARIÁVEL		Valor a ser pago ao PODER CONCEDENTE, conforme os termos do ANEXO 24, calculado em [•]% da RECEITA BRUTA auferida pela CONCESSIONÁRIA a partir da DATA DE INÍCIO DE OPERAÇÃO, a título de preço pela CONCESSÃO.
PARTES		PODER CONCEDENTE e CONCESSIONÁRIA.
PARTES RELACIONADAS		Com relação à CONCESSIONÁRIA, qualquer pessoa do seu GRUPO ECONÔMICO, bem como aquelas assim consideradas pelas normas contábeis vigentes.
PLANO DESMOBILIZAÇÃO	DE	Documento a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA, submetido à aprovação da ARTESP, dispondo sobre processo de desmobilização do SISTEMA RODOVIÁRIO ao final da CONCESSÃO, a fim de viabilizar a reversão dos BENS REVERSÍVEIS e garantir a contínua e adequada prestação dos serviços.
PLANO DE GARANTIAS		Documento apresentado pela CONCESSIONÁRIA como condição para assinatura do CONTRATO, contendo a relação de todas as garantias que deverão, obrigatoriamente, ser prestadas pela CONCESSIONÁRIA, como forma de assegurar, incondicionalmente, o cumprimento das obrigações assumidas no âmbito do escopo do CONTRATO, e que será passível de revisão, conforme o regramento do CONTRATO.
PLANO DE SEGUROS		Documento contendo a relação de todos os seguros de contratação obrigatória, nos termos do CONTRATO, ANEXOS e APÊNDICES, cujas apólices deverão estar válidas e vigentes durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO, e dos demais seguros que a CONCESSIONÁRIA pretende, a seu critério, contratar, sendo passível de revisão nos termos do CONTRATO.
PLANO ORIGINAL DE INVESTIMENTOS ou POI		Documento apresentado pela CONCESSIONÁRIA, como condição para a assinatura do CONTRATO, composto pelas obras e INVESTIMENTOS definidos e detalhados no ANEXO 21, o qual será revisto nas REVISÕES ORDINÁRIAS e, eventualmente, nas REVISÕES EXTRAORDINÁRIAS, mediante emissão de novos PLANOS DE INVESTIMENTOS. O PLANO ORIGINAL DE INVESTIMENTOS deverá conter o CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO, que deverá ser elaborado conforme as especificações do ANEXO 21.

PLANOS DE INVESTIMENTOS	Documento elaborado em conjunto pela CONCESSIONÁRIA e ARTESP, após as REVISÕES ORDINÁRIAS e EXTRAORDINÁRIAS, mediante o qual serão estabelecidos os investimentos a serem realizados pela CONCESSIONÁRIA nos anos subsequentes à sua elaboração. Cada PLANO DE INVESTIMENTOS deverá conter o CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, contemplando detalhamento do desenvolvimento para a execução de cada um dos investimentos previstos.
PODER CONCEDENTE	O Estado de São Paulo, representado pela Secretaria de Logística e Transportes.
POLÍTICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	Documento elaborado e aprovado pelos órgãos de administração da CONCESSIONÁRIA que deverá conter as regras e condições para a realização de transações entre a CONCESSIONÁRIA e suas PARTES RELACIONADAS, nos termos deste CONTRATO.
PRAÇAS DE PEDÁGIO	Conjunto composto pela área de aproximação, cabines de cobrança, com ou sem barreiras físicas, bem como todos os demais equipamentos e sistemas aplicados na atividade de cobrança e recebimento da TARIFA DE PEDÁGIO, constantes no ANEXO 4.
PRAZO DE CONCESSÃO	O prazo de [•] anos, contado a partir da emissão do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL, prorrogável nas hipóteses previstas no CONTRATO.
PROGRAMA DE CONFORMIDADE	PROGRAMA DE PRIVACIDADE DE DADOS a ser desenvolvido pela CONCESSIONÁRIA nos termos do CONTRATO DE CONCESSÃO.
PROGRAMA DE PRIVACIDADE DE DADOS	PROGRAMA DE PRIVACIDADE DE DADOS a ser desenvolvido pela CONCESSIONÁRIA nos termos do CONTRATO.
PROGRAMA INICIAL ou PI	Conjunto de intervenções iniciais a serem realizados pela CONCESSIONÁRIA, conforme descritas especialmente no ANEXOS 5, cuja conclusão consubstancia uma das condições para início da operação do SISTEMA RODOVIÁRIO.
PROJETO EXECUTIVO	Conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, conforme descrição detalhada apresentada no ANEXO 12 e APÊNDICES K e L.
PROJETO FUNCIONAL	Conjunto de elementos que, sem limitar ou afastar os demais riscos alocados à CONCESSIONÁRIA, permitem a caracterização da obra, o serviço ou o complexo de obras e serviços que compõem o empreendimento, de tal modo que suas características básicas e desempenho almejado estejam perfeitamente definidos, possibilitando a estimativa de seu custo e prazo de execução, conforme descrição detalhada apresentada no ANEXO 12 e APÊNDICES K e L.
PROPOSTA DE PREÇO ou PROPOSTA	Proposta na qual foi apresentado o valor da OUTORGA FIXA para exploração do objeto da CONCESSÃO, conforme regramento no EDITAL.
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	Documentação necessária à comprovação de habilitação econômico-financeira para contratação com o PODER CONCEDENTE.
QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	Documentação necessária à comprovação de habilitação técnica para contratação com o PODER CONCEDENTE.
RECEITA BRUTA	Compreende a somatória da RECEITA ACESSÓRIA bruta e RECEITA TARIFÁRIA BRUTA, não descontados os tributos incidentes sobre receita.
RECEITA TARIFÁRIA ou RECEITA TARIFÁRIA BRUTA	Compreende a somatória da TARIFA DE PEDÁGIO cobrada do USUÁRIO, calculada com base no disposto no ANEXO 4, sem a aplicação do ÍNDICE DE QUALIDADE E DESEMPENHO.

RECEITAS ACESSÓRIAS		Receitas alternativas, complementares ou acessórias, decorrentes da execução de atividades acessórias, da gestão e fiscalização de SERVIÇOS COMPLEMENTARES ou de projetos associados.
RECOMPOSIÇÃO AUTOMÁTICA		Significa a recomposição de equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO para compensação dos EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO listados no ANEXO 19.
REGULAMENTO CONCESSÃO	DA	Regulamento da CONCESSÃO nos termos do ANEXO 1.
REGULARIDADE FISCAL TRABALHISTA	E	Atributo decorrente da apresentação e aceitação da documentação necessária à comprovação de habilitação fiscal e trabalhista para contratação com o PODER CONCEDENTE.
RELATOR INDEPENDENTE RELATOR	ou	Pessoa física ou jurídica, sem vínculo com a CONCESSIONÁRIA e suas PARTES RELACIONADAS, escolhido pela ARTESP após apresentação de lista tríplice por parte da CONCESSIONÁRIA, que não tenha recebido delas qualquer forma de remuneração nos 12 (doze) meses anteriores à realização de suas atividades no âmbito deste CONTRATO e seus ANEXOS e APÊNDICES, e que, às expensas da CONCESSIONÁRIA, será responsável por realizar vistorias e relatórios do SISTEMA RODOVIÁRIO, nas hipóteses previstas no CONTRATO, com o objetivo de apresentar relatório técnico quanto a eventuais divergências e/ou inconsistências entre as PARTES, entre si ou com a ARTESP, para subsidiar decisão da ARTESP.
RELATÓRIO AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO OU IQD	DE DE	Relatório contendo a apuração do ÍNDICE DE QUALIDADE E DESEMPENHO da CONCESSIONÁRIA na consecução do objeto do CONTRATO, que será preparado periodicamente pela ARTESP e entregue à CONCESSIONÁRIA nos termos do regramento estabelecido no CONTRATO e ANEXO 3.
RELATÓRIO VISTORIA	DE	Relatório que deverá ser produzido pela CONCESSIONÁRIA ou RELATOR, nos prazos estabelecidos no ANEXO 18, quanto às condições e eventuais passivos e irregularidades do SISTEMA RODOVIÁRIO.
RELATÓRIO FIPE		Documento constante do APÊNDICE L.
RELATÓRIO IPT		Documento constante do APÊNDICE K.
RELATÓRIOS TRIMESTRAIS APURAÇÃO DO CSP	DE	Relatório contendo apuração trimestral do CSP da CONCESSIONÁRIA, que será preparado pela ARTESP e entregue à CONCESSIONÁRIA nos termos do regramento estabelecido no CONTRATO e ANEXO 3.
REMUNERAÇÃO		Montantes que a CONCESSIONÁRIA fará jus pela execução do CONTRATO, compostos pela arrecadação da TARIFA DE PEDÁGIO e das RECEITAS ACESSÓRIAS, nos termos do CONTRATO e seus ANEXOS, especialmente ANEXO 4.
REPRESENTANTES CREDENCIADOS		Pessoas físicas autorizadas a representar os LICITANTES em todos os documentos e atos relacionados à LICITAÇÃO.
RESPONSÁVEL TÉCNICO		Pessoa física indicada para se responsabilizar pelos serviços de ampliação, operação e manutenção a serem prestados pela CONCESSIONÁRIA, mediante vínculo direto ou indireto, neste caso por intermédio de terceiro contratado mediante SUBCONTRATAÇÃO QUALIFICADA, quando possível.
RESTRIÇÃO		Normativa do Município de São Paulo que restringe o trânsito de caminhões nas vias e horários em que especifica.
REVISÃO EXTRAORDINÁRIA		Revisão do CONTRATO, a pedido da CONCESSIONÁRIA ou por ato de ofício do PODER CONCEDENTE, mediante propositura da ARTESP, a fim de ajustá-lo às mudanças, alterações ou condições que venham a influenciar o cumprimento contratual, nos termos do CONTRATO, e recompor o seu equilíbrio

	econômico-financeiro, apenas cabível nas hipóteses excepcionais previstas no CONTRATO, em que não seja possível tratar a questão em sede de REVISÃO ORDINÁRIA.
REVISÃO ORDINÁRIA	Revisão do CONTRATO, realizada quadrienalmente, com o escopo de adaptar os INDICADORES DE DESEMPENHO, PLANO DE INVESTIMENTOS, PLANO DE SEGUROS, PLANO DE GARANTIAS e quaisquer condições da CONCESSÃO às modificações que tenham sido percebidas neste período, a fim de recompor o seu equilíbrio econômico-financeiro, conforme disposto no CONTRATO DE CONCESSÃO.
RODOVIA	Trecho integrante do LOTE RODONAEI NORTE.
SALDO TARIFÁRIO EM FAVOR DO PODER CONCEDENTE	Saldo tarifário em favor do PODER CONCEDENTE, disciplinado no ANEXO 4.
SERVIÇO ADEQUADO	É o serviço que satisfaz às condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade e cortesia na sua prestação, dentro dos melhores parâmetros de qualidade, valendo-se de todos os meios e recursos para sua execução, aos padrões e procedimentos estabelecidos no CONTRATO, àqueles determinados pelo PODER CONCEDENTE e pela ARTESP e nos termos da legislação e regulamentação vigentes, especialmente observando o artigo 6º, da Lei Federal nº 8.987/1995, e artigo 17, da Lei Estadual nº 7.835/1992.
SERVIÇOS COMPLEMENTARES	Serviços considerados convenientes, mas não essenciais, destinados a manter o SERVIÇO ADEQUADO em todo o SISTEMA RODOVIÁRIO, nos termos do CONTRATO.
SERVIÇOS DELEGADOS NÃO	Aqueles de competência exclusiva do Poder Público, não compreendidos no objeto desta CONCESSÃO, tais como: I. Policiamento ostensivo de trânsito, preventivo e repressivo; II. Fiscalização e autuação de infrações relativas a: a. Veículo; b. Documentação; c. Motorista; d. Regras de circulação, estacionamento e parada; e e. Excesso de peso. III. Emissão de outorgas, nos termos da lei, referentes a: a. Serviços de transporte coletivo de caráter rodoviário, internacional, interestadual e intermunicipal; b. Serviços de transporte coletivo de caráter urbano, intermunicipal, suburbano, metropolitano ou municipal; c. Serviço de transporte de trabalhadores rurais ou de pessoas em veículos de carga; d. Realização de eventos na rodovia; e e. Serviços de transporte de cargas excepcionais e de cargas perigosas.
SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS	Serviços a serem prestados pela CONCESSIONÁRIA compreendendo aqueles correspondentes às funções operacionais de exploração, gestão, ampliação, operação e conservação.
SESSÃO PÚBLICA	Sessão pública presencial para recebimento dos ENVELOPES e prática dos demais atos pertinentes à LICITAÇÃO.
SISTEMA RODOVIÁRIO	A malha rodoviária concedida à CONCESSIONÁRIA, conforme descrito no ANEXO 2.

SOCIEDADE PROPÓSITO ESPECÍFICO (SPE)	DE	Sociedade anônima, constituída na conformidade da lei brasileira, com a finalidade específica de prestar os serviços públicos objeto da presente CONCESSÃO.
SOLICITAÇÃO TRANSFERÊNCIA CONTROLE	DE DE	Solicitação feita pela CONCESSIONÁRIA, sujeita, exceto nos casos previstos no ACORDO TRIPARTITE, caso seja assinado, à prévia anuência pela ARTESP, para a TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE da SPE.
SUBCONTRATAÇÃO QUALIFICADA		Hipótese facultada ao licitante para a comprovação das condições técnicas compatíveis com os investimentos iniciais, mediante a celebração de contrato com entidade que detenha os requisitos definidos no EDITAL DE LICITAÇÃO e em sede de REVISÕES ORDINÁRIAS.
SUBCONTRATADO		Terceiro contratado à conta e risco da CONCESSIONÁRIA para execução de serviços afetos à CONCESSÃO.
SUCESSORA		Concessionária, vencedora de processo licitatório já finalizado, que tenha por objeto, integral ou parcial, o SISTEMA RODOVIÁRIO compreendido pelo LOTE RODOANEL NORTE, ou órgão ou entidade da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, que suceda a CONTRATADA.
TABELA CLASSIFICAÇÃO INFRAÇÕES	DE DE	Tabela de classificação de infrações nos termos do ANEXO 11.
TARIFA DE PEDÁGIO ou TARIFA		Tarifa cobrada pela CONCESSIONÁRIA dos USUÁRIOS, nos termos do CONTRATO e especialmente do ANEXO 4, bem como em atendimento à regulação exercida pela ARTESP.
TARIFA DEVIDA ou RECEITA TARIFÁRIA DEVIDA		Compreende a RECEITA TARIFÁRIA BRUTA calculada conforme disposto no ANEXO 4, aplicado o ÍNDICE DE QUALIDADE E DESEMPENHO (IQD).
TERMO ARROLAMENTO BENS REVERSÍVEIS TERMO ARROLAMENTO DEFINITIVO	DE DE ou DE	Documento contendo a relação dos BENS REVERSÍVEIS do CONTRATO após a conclusão das OBRAS DE IMPLANTAÇÃO, que, somado ao RELATÓRIO DE VISTORIA, compõe o INVENTÁRIO, a ser mantido atualizado pela CONCESSIONÁRIA.
TERMO FISCALIZAÇÃO	DE	Documento contendo registro das eventuais ocorrências apuradas nas fiscalizações realizadas no SISTEMA RODOVIÁRIO, que a ARTESP deverá encaminhar à CONCESSIONÁRIA, nos termos do CONTRATO.
TERMO RECEBIMENTO DEFINITIVO	DE	Termo de Recebimento Definitivo do SISTEMA RODOVIÁRIO, disciplinado no ANEXO 10 e no CONTRATO.
TERMO RECEBIMENTO PROVISÓRIO	DE	Termo de Recebimento Provisório do SISTEMA RODOVIÁRIO, disciplinado no ANEXO 10 e no CONTRATO.
TERMO TRANSFERÊNCIA INICIAL	DE	Documento assinado pela CONCESSIONÁRIA e pela ARTESP por meio do qual se regulamenta a transferência, pelo PODER CONCEDENTE e por intermédio da ARTESP, à CONCESSIONÁRIA, do controle da área em que será implantado o SISTEMA RODOVIÁRIO.
TITULAR DE DADOS PESSOAIS		Pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento, nos termos do artigo 5º, inciso V, da Lei 13.709/2018 e nos termos do CONTRATO.
TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO	DA	Consiste na transferência da CONCESSÃO a terceiros, mediante anuência prévia do PODER CONCEDENTE, nos termos do CONTRATO.
TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE ACIONÁRIO	DE	Qualquer modificação de composição societária que implique modificação do CONTROLE, direto ou indireto, da

ou TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE	CONCESSIONÁRIA, observada o disposto na Lei Federal nº 6.404/1976.
TRANSFERÊNCIA DO CONTROLE DO SISTEMA RODOVIÁRIO ou TRANSFERÊNCIA DO SISTEMA RODOVIÁRIO	A transmissão direta, do todo ou em parte, do SISTEMA RODOVIÁRIO, conforme objeto de futuro processo licitatório finalizado, da CONCESSIONÁRIA para a SUCESSORA, ou decorrente de procedimento de TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO.
TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS ou TRATAMENTO	Toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.
TRIBUNAL ARBITRAL	Tribunal arbitral para solução das controvérsias sujeitas à arbitragem, nos termos do CONTRATO DE CONCESSÃO.
USUÁRIO	Toda pessoa física ou jurídica que utilize os SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS.
VALOR ESTIMADO DO CONTRATO	Valor estimado do somatório dos INVESTIMENTOS previstos no EVTE, incluindo a OUTORGA FIXA MÍNIMA, nos termos do CONTRATO.
VISITA TÉCNICA	Visita técnica realizada pelas LICITANTES nos termos do EDITAL.

LISTA DE ABREVIATURAS:

Para todos os fins do EDITAL, CONTRATO, ANEXOS e APÊNDICES, salvo disposição expressa em contrário, as abreviaturas listadas abaixo deverão ser compreendidas de acordo com os seguintes conceitos, podendo ser utilizados tanto no plural quanto no singular, sem qualquer alteração de sentido:

#	TERMO DEFINIDO	CONCEITO
i.	AAP	Avanço Acumulado Previsto
ii.	AASHTO	American Association of State Highway and Transportation Officials
iii.	ADA	Avaliação de Desempenho Ambiental
iv.	AIIP	Auto de Infração para Imposição de Penalidade
v.	AP	Atrasos Parciais
vi.	As Built	Documentação de todas as obras realizadas pela Concessionária
vii.	AVI	Equipamentos de Arrecadação Eletrônica
viii.	BIM	<i>Building Information Modeling</i>
ix.	CETESB	Companhia Ambiental do Estado de São Paulo
x.	CCI	Centro de Controle de Informações
xi.	CCO	Centro de Controle Operacional
xii.	Certificado de Qualidade	Certificação de atendimento às normas técnicas aplicáveis
xiii.	Certificadora	Pessoa jurídica responsável pela atestação de obras ou projetos

#	TERMO DEFINIDO	CONCEITO
xiv.	CFTV	Circuito Fechado de Televisão
xv.	CSP	Coeficiente de Desempenho de Serviços Prestados
xvi.	CDPED	Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização do Estado de São Paulo
xvii.	CREA	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da respectiva Unidade de Federação
xix.	DER	Departamento de Estradas de Rodagem
xx.	DNER	Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
xxi.	DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
xxii.	DOE/SP	Diário Oficial do Estado de São Paulo.
xxiii.	DTM	Modelo Digital de Terreno
xxiv.	DWG	Extensão de arquivo de desenho
xxv.	EPC	Equipamento de Proteção Coletiva*
xxvi.	EPI	Equipamento de Proteção Individual*
xxvii.	EVTE	Estudo de Viabilidade Técnica e Econômico-Financeira
xxviii.	GAID	Guia de Alteração do Índice de Documentos
xxix.	GC	Gestoras de Crédito
xxx.	GN	<i>Grip Number</i>
xxxi.	GRID	Guia de Remessa de Índice de Documentos
xxxii.	HS	Altura de areia
xxxiii.	HS-WIM	High Speed Weigh-in-Motion
xxxiv.	ICP	Índice de Condição do Pavimento
xxxv.	IFC	<i>Industry Foudation Classes</i>
xxxvi.	IFI	<i>International Friction Index</i>
xxxvii.	IGG	Índice de Gravidade Global
xxxviii.	IGH	Índice de Geometria Horizontal
xxxix.	IGV	Índice de Geometria Vertical
xl.	Índices	Medição de atividades desenvolvidas pela Concessionária e que compõem Indicadores de Desempenho
xli.	IQD	Índice de Qualidade e Desempenho
xlii.	ISA	Índice Semestral de Avanço
xliii.	ITS	<i>Intelligent Transportation System</i>
xliv.	IVA	Análise Inteligente de Vídeo
xlv.	LI	Licença de Instalação
xlvi.	Lista de Etapas Construtivas	Relação contendo as Etapas Construtivas de responsabilidade da Concessionária
xlvii.	LO	Licença de Operação
xlviii.	LOD	<i>Level of Development</i>
xlix.	LP	Licença Prévia
I.	MDSR	Modelo Digital Integrado do Sistema Rodoviário
II.	MIP	Monitoramento de Informações de Pedágio

#	TERMO DEFINIDO	CONCEITO
lii.	MITS	Módulo ITS
liii.	OACs	Obras de Arte Corrente
liv.	OAES	Obras de arte Especiais
lv.	OCR	Reconhecimento Óptico de Caracteres
lvi.	OSAs	Operadoras do Serviços de Arrecadação
lvii.	PAE	Plano de Ação de Emergência
lviii.	PD-BIM	Plano de Implementação e Desenvolvimento de Projetos em Modelagem BIM
lix.	PGF	Posto Geral de Fiscalização
lx.	PMRv	Polícia Militar Rodoviária
lxi.	PMV	Painéis de Mensagens Variáveis
lxii.	PRA	Programa de Redução de Acidentes
lxiii.	Q.I.	Quoeficiente de Irregularidade
lxiv.	SAT	Sensoriamento Automático de Tráfego
lxv.	SAU	Serviço de Atendimento aos Usuários
lxvi.	SGA	Sistema de Gestão Ambiental
lxvii.	SGP	Sistema de Gestão Ambiental
lxviii.	SICRO	Sistema de Custos Referenciais de Obras
lxix.	SIGECON	Sistema Integrado de Gerenciamento Digital de Funções de Conservação
lxx.	SIR	Sistema Digital Integrado de Cadastro do Inventário Rodoviário
lxxi.	SISATIVOS	Sistema de Acompanhamento de Ativos*
lxxii.	SISDEMANDA	Sistema Digital Integrado e Gerenciamento de Demandas da Sociedade
lxxiii.	SISOAES	Sistema Eletrônico de Gerenciamento de OAES e Passarelas
lxxiv.	SISPESMOV	Sistema de Pesagem em Movimento
lxxv.	SISPROJ	Sistema Digital Integrado de Gerenciamento Digital de Projetos
lxxvi.	SISQUALI	Sistema Digital Integrado de Gerenciamento do Controle Tecnológico e da Qualidade das Obras
lxxvii.	Tema	Grupo de Indicadores de Desempenho
lxxviii.	TPU-DER	Tabela de Preços Unitários do DER/SP
lxxix.	URCI	<i>Unsurfaced Road Condition Index</i>
lxxx.	VDM	Volume Diário Médio
lxxxi.	VRD	Valor de Resistência a Derrapagem